

# PESQUISA SOBRE MULHER NO BRASIL DO LIMBO AO GUETO?

Albertina de Oliveira Costa  
Carmen Barroso  
Cynthia Sarti

Da Fundação Carlos Chagas

*Este artigo é resultado de um levantamento bibliográfico das pesquisas sobre mulher feitas no Brasil a partir de 1976, realizado na Fundação Carlos Chagas e financiado pelo CNPq e pela Fundação Ford. Uma versão preliminar foi apresentada à VIII Reunião Anual da ANPOCS, em Águas de São Pedro, 1984.*

## RESUMO

Visão panorâmica da pesquisa sobre mulher no Brasil, entre 1975 e 1984, a partir de um levantamento sistemático da produção científica sobre o tema. Procura delinear os contornos desta nova área de estudos, precisando os elementos que a diferenciam da produção acadêmica tradicional relativa à mulher. A evolução da pesquisa sobre mulher é inserida no quadro da expansão e diversificação institucional das Ciências Sociais no Brasil, assim como em seu contexto político e social. Salienta-se a pequena capacidade de institucionalização e a ausência de apoio financeiro oficial. A análise das características dos espaços institucionais que abrigaram estes estudos e das modalidades desta acolhida permitem compreender as linhas de pesquisa desenvolvidas.

## SUMMARY

Overview on academic research on women in Brazil, from 1975 to 1984. It circumscribes this area of studies as it distinguishes this new vision of women. The evolution of research on women is placed in the framework of the institutional expansion and diversification of Social Sciences in Brazil, as well as in its social and political contexts. The little capacity of institutionalization and the lack of official financial support are stressed. The analysis of the institutional spaces that sheltered those studies, and the way were received, allows to understand the trends of research on women.

## ESTUDOS SOBRE MULHER: Afinal o que é isso?

Esta área circunscrita a partir de um tema, ou melhor, de maneira ampla por um objeto de estudo, apresenta dificuldades de diferentes ordens para sua definição e delimitação.

A imprecisão da denominação advém de vários fatores: fluidez na demarcação de fronteiras; reivindicação de interdisciplinaridade, terreno de convergência possível entre diferentes disciplinas e terra de ninguém; novidade relativa do assunto; pouca elaboração na construção do objeto; inexistência de espaço institucional próprio ou de referência (espaço institucional, entendido amplamente como instituto de ensino ou de pesquisa, associação de pesquisadores, publicação de caráter científico que congregue pesquisadores ou se dedique ao tema); ausência de marcas externas de identidade; pequena formalização das relações.

Qual é ou quais são os traços distintivos dos estudos sobre mulher? O que confere identidade a essa área? A resposta óbvia e imediata que remete ao tema faz avançar pouco na compreensão. Todas as Ciências Humanas têm por objeto o Homem (com H maiúsculo) genérico, a Humanidade composta de homens com h minúsculo e mulheres. As mulheres sempre estiveram em princípio presentes nos estudos produzidos pelas Ciências Sociais, onde sempre existiram, embora em menor número, estudos focalizando particularmente a mulher. A questão está na qualidade da presença do sexo feminino na literatura científica.

As mulheres não estiveram totalmente ausentes dos estudos das Ciências Humanas, o que hoje se questiona é o tipo de tratamento que lhes foi destinado. Uma presença quase ausência. Como sublinha o relatório do *Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail do CNRS* (1983, p.11), as mulheres tenderam a ser encaradas nestes estudos como "minorias" e só merecem seu capítulo especial enquanto grupo desviante, ou seja são referidas porque seu comportamento se distancia, diverge do modelo geral, o gênero masculino estando na base da elaboração da regra.

O assunto central ser a mulher, o sexo feminino, não é por si só critério suficiente. O tema, por natureza abrangente e passível de análise sob diversas óticas e com as ferramentas teórico-metodológicas de diferentes disciplinas, pareceu-nos insatisfatório como princípio.

O critério foi o de considerar apenas aquela produção científica que repercutisse o impacto social do novo movimento feminista surgido no fim da década de 1960.

O corte histórico que separa o antes e depois na produção das Ciências Sociais sobre mulher é a existência do movimento organizado de mulheres, do movimento social. No entanto o movimento feminista que operou esta ruptura drástica não era homogêneo, se revestiu de uma multiplicidade de formas que reivindicou como marca de distinção. Esse movimento, que se caracterizou por seu ímpeto, sua capacidade de mobilização e impacto social, teve muitas caras. O feminismo agrupou, ou melhor, serviu de guarda-chuva para uma grande variedade de tendências e orientações político-ideológicas. Uma tipologia, hoje clássica, distribui o movimento feminista

por três tendências principais: a liberal, a radical, e a socialista. O traço de união entre elas: a luta pela supressão da desigualdade entre os sexos fundamentada no princípio-base da opressão da mulher. No entanto o movimento feminista não se fundamenta em uma teoria da opressão. Ser feminista não remete inequivocamente para um corpo teórico estruturado, onde variam apenas as exegeses, como no caso do marxismo. Ser feminista está radicado num elemento fluido, o da perspectiva das mulheres, terreno da denúncia e do desejo. Ser feminista, ser mulher em luta, quer dizer vontade de superação das desigualdades entre os sexos, das assimetrias nas relações de gênero, da exploração das mulheres, diferentes formulações, baseadas em fundamentações divergentes. A Ciência da Liberação da Mulher não existe.

Do ponto de vista da "questão de limites" que nos interessa, a inflexão foi a denúncia de um viés, daquilo que foi omitido pela produção científica; de um vício no conhecimento científico, o "androcentrismo", que tornou invisíveis as mulheres enquanto atrizes sociais. Nosso critério aqui foi considerar como pertencentes à área de estudos sobre mulher aquelas pesquisas que manifestassem uma intenção crítica em relação à produção predominante nas Ciências Humanas no que concerne às relações entre os sexos.

Os estudos sobre mulher, críticos da produção anterior e de suas explicações naturalizantes sobre as desigualdades entre os sexos, e que se inserem em uma perspectiva de mudança do *status quo*, pelo menos do *status quo* científico, constituem o núcleo central daquilo que consideramos o novo recorte temático.

Se o impacto do feminismo descortinou uma nova temática, um campo pouco explorado pelas indagações científicas, nem todos os pesquisadores que tiveram seu interesse mobilizado por essa questão aderiram aos postulados ideológicos do feminismo.

Nessa definição procedemos por aproximações e exclusões. O critério do recorte da área de análise não é o objeto de estudo, não se trata também do aparato conceitual de uma ou várias disciplinas científicas, não se identifica a uma abordagem teórica, não diz respeito exclusivamente à perspectiva de um grupo qualificado como oprimido — as mulheres — assim como não se cola à perspectiva feminista. Trata-se da descoberta de um problema para investigação científica, descoberta realizada sob o impacto do movimento social de mulheres, por parte de pesquisadores que compartilham ou não da opção feminista. A pertinência do interesse pelo tema é conferida pelo movimento externo às instituições científicas. É o feminismo que legitima o tema enquanto problema científico. Os novos estudos sobre a mulher, ainda em busca de identidade própria, estão marcados pela existência do feminismo como parâmetro simbólico.

## PERIODIZAÇÃO

Para um período tão breve chega a ser temerário ensaiar uma periodização. Como sempre acontece nesses casos, a nossa divisão em etapas é arbitrária e tem apenas a finalidade de sublinhar certos momentos de inflexão.

Antes de 1970 a pesquisa sobre mulher se encontra numa espécie de limbo, os raros estudos existentes se

encaixam nas óticas tradicionais das disciplinas e ainda não fizeram escola. Destacam-se isolados, na ousadia de abordar um tema menor.

No período 1970-1975, já se manifesta fortemente o movimento de liberação da mulher em plano internacional e no contexto anglo-saxão são criados centenas de cursos de "Women's Studies", como resultado da força de pressão desse movimento. No Brasil, ainda nos encontramos numa espécie de Pré-História. É inegável que existe atração pelo assunto, e que universitárias se reúnem em grupos de reflexão, mas a conciliação entre o interesse existencial pelo tema e a vida profissional parece improvável e arriscada. Feminismo é fortemente conotado com estilo de vida burguês e moda importada. Não é tema sério politicamente, ou cientificamente.

Eram raros os estudos que tinham como foco a mulher e procuravam explicar sua posição subordinada através de uma discussão crítica das desigualdades de gênero.

1975 é um marco. Representa o início de uma mobilização política mais intensa a pretexto do Ano Internacional da Mulher, onde a coloração feminista ainda é bastante indiferenciada. As graves questões da democratização da sociedade brasileira passam à frente dos assuntos "específicos" das mulheres e os assuntos "específicos" das mulheres trabalhadoras passam à frente dos assuntos das outras mulheres.

De 1975 e 1978 vamos assistir a emergência do tema, é um período que se caracteriza pelo esforço de dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito, pelo empenho em desvendar sua opressão, e demonstrar que uma abordagem destas questões é pertinente, traz contribuições importantes ao entendimento da sociedade; a busca de legitimar a mulher como objeto de estudo.

Os pesquisadores viveram neste período sob intenso fogo cruzado: o dos colegas, da comunidade acadêmica e das agências de financiamento, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não de denúncia militante, e o das feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho na causa coletiva. Feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para a feministas, as pesquisadoras viveram perigosamente nesta zona fronteira de tensão e ambigüidade.

Elegemos 1978 como marco divisor em razão de acontecimentos ocorridos a níveis muito diferentes; no âmbito acanhado das pesquisas sobre a mulher, e na cena política brasileira. No âmbito mais restrito, realizam-se no Rio de Janeiro o seminário sobre *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, e na Fundação Carlos Chagas, o primeiro concurso de pesquisas sobre a mulher brasileira.

Em âmbito nacional, a realização de eleições e a consolidação da abertura política permitiram que os interesses amalgamados nos grupos de mulheres fossem se diferenciando progressivamente. Abrem-se outros tipos de espaço para discussões políticas de interesse geral e as mulheres têm ocasião de se debruçar um pouco mais sobre elas mesmas. A anistia, em 1979, viria consolidar esse processo. A partir de 1978 começam a surgir grupos de mulheres de feição menos híbrida e mais caracteristicamente feminista.

No final da década de 70 novas inquietações desafiavam as teorias tradicionais, uma vez que os instrumentos usuais das Ciências Sociais se mostravam ineficazes para dar conta de questões como a situação de classe das mulheres ou o trabalho doméstico.

A partir de 1978 entramos numa fase de consolidação e expansão em que a legitimidade dessa área de estudos não está mais por comprovar, e onde as exigências são de outra ordem, maior rigor científico, elaboração teórica mais sólida.

## EXPANSÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

É inegável hoje a expansão dos estudos sobre mulher no Brasil. As pesquisas em torno deste tema estenderam-se por todo o país (com as discrepâncias regionais que caracterizam toda produção científica brasileira), abrangendo diversos conteúdos e disciplinas.

A sensível ampliação da comunidade acadêmica na área de Ciências Sociais e a diversificação de seu leque temático e de suas formas institucionais contribuíram favoravelmente para o desenvolvimento dos estudos sobre mulher. Apesar de não haver qualquer política de apoio oficial e ainda que navegassem contra a corrente, os estudos sobre mulher ocuparam as brechas possíveis. Hoje, já não se desbasta mais a floresta; o momento é de cultivar cuidadosamente cada planta.

No que se refere aos estudos sobre mulher, a Universidade, em particular, cumpriu um papel importante. O aumento do número de programas de pós-graduação, de 1968 para cá, permitiu o desenvolvimento de pesquisas nesta área, o que se evidencia pelo expressivo número de teses feitas nos últimos anos.

No mercado editorial o tema mulher desfruta atualmente de uma razoável popularidade. Nas publicações mais restritas ao meio acadêmico sua presença já é bastante significativa, constituindo um dos temas em maior expansão.

### Associações Científicas e Seminários

O processo de ampliação dos espaços institucionais nas Ciências Sociais caracterizou-se pela criação de associações científicas específicas às diversas disciplinas ou pela intensificação da participação de cientistas sociais nas associações de caráter mais geral, como é o caso da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A presença crescente dos estudos sobre mulher nas reuniões destas associações é outro indicador importante de sua expansão a nível institucional. Existem hoje grupos de trabalho envolvendo vários aspectos do tema mulher em praticamente todas as principais associações de cientistas sociais no país, como é o caso da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais), da ASEP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo) e da ABA (Associação Brasileira de Antropologia). O interesse por essa temática cresce também em outras entidades, como a ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

A SBPC, cujas reuniões anuais tiveram um papel político importante, em face da falta de espaços alternativos para a oposição na década de 70, incluía em sua programação, já em 1972, os estudos sobre mulher; em

1975, organizou uma mesa-redonda sobre o tema e posteriormente considerou inclusive a produção de grupos feministas não necessariamente vinculados à academia. Isto deve ter contribuído para o fato, salientado por Queiróz (1983), de que muitos dos trabalhos da área de Ciências Humanas, apresentados nestas reuniões, tivessem sobretudo um caráter militante e de denúncia.

A vitalidade dos novos estudos pode ainda ser demonstrada pela organização de seminários dedicados exclusivamente ao tema como o já mencionado *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, iniciativa que deu origem ao GT Mulher na Força de Trabalho, da ANPOCS.

A produção científica de pesquisas sobre mulher teve, ainda, importante incentivo através dos três concursos de pesquisa sobre mulher, promovidos pela Fundação Carlos Chagas, e dos seminários aí organizados.

### Núcleos de estudos

A recente criação de núcleos de estudos sobre mulher dentro das universidades abre um espaço institucional que, embora frágil, permite aliviar o peso dos ombros de algumas pesquisadoras que conseguiram abrir caminho para a questão da mulher dentro das instituições em que trabalham, forma característica da introdução desta temática no Brasil (Costa e Barroso, 1983).

A partir de 1981 começaram a surgir os primeiros núcleos junto a universidades brasileiras. O NEDIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará e o NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

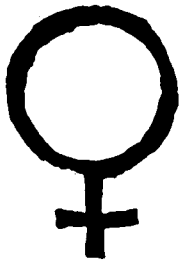
Em 1983 foram criados o NEIRSG (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Núcleo de Estudos sobre a Mulher na Universidade Federal da Paraíba e o NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), ligado ao mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Em 1984 são criados o Núcleo Mulher (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher) junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em princípio, a criação destes núcleos permite um esforço autônomo de pesquisa, estimula a formação de equipes, favorece o trabalho interdisciplinar, facilita a captação de recursos, racionaliza a formação de acervos documentais. Seria interessante uma análise mais detalhada de seu processo de implantação para avaliar suas potencialidades e limitações.

### Áreas temáticas

As pesquisas sobre mulher caracterizaram-se nos últimos 10 anos, sobretudo pela ampliação de seu leque temático. Ainda com vida curta, a expansão se deu



muito mais no sentido de uma *abertura*, utilizando o termo de Lamounier (1982). Abarcou diversas disciplinas e diversificou seus subtemas.

A constituição desta área temática no Brasil está relacionada à discussão da incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho capitalista. Os estudos de Saffiotti e de Blay<sup>1</sup> foram pioneiros e ainda constituem referências obrigatórias. Esta discussão evoluiu através da análise das diversas formas de participação da mulher na força de trabalho, no campo e na cidade (o emprego doméstico, o trabalho a domicílio, o setor informal de modo geral, o trabalho da menor, o trabalho na indústria e, numa abordagem mais histórica, a participação da mulher na constituição do sistema fabril), em seus mais variados aspectos (a discriminação, a segregação ocupacional, os estereótipos do trabalho feminino) e, finalmente, na relação do trabalho com a vida familiar.

Uma nova vertente vai se consolidando ao incorporar a questão da reprodução nas análises sobre a produção, tentando entender como estas duas instâncias se inter-relacionam. Isto implicou numa crítica aos limites do instrumental teórico da Sociologia do trabalho, restrita à dimensão do mercado no mundo capitalista. O trabalho doméstico é tido, aqui, com tema privilegiado.

Os estudos sobre a relação entre trabalho e família, inicialmente de inspiração marxista, entrecruzam-se com os estudos demográficos. A Demografia é influenciada pela nova literatura feminista e aparece em suas análises a preocupação com o impacto da mudança do estatuto social da mulher e sua crescente incorporação no mercado de trabalho sobre o comportamento reprodutivo.

Desenvolvem-se mais recentemente estudos sobre a saúde da mulher, em especial sobre aborto e contracepção. O planejamento familiar, tema fundamental, até pouco tempo deixado em segundo plano pelo predomínio das análises centradas no trabalho, foi se impondo como tema privilegiado, sobretudo nos últimos anos quando a discussão desta questão foi levada para o nível das políticas públicas.

Especialmente na área da Sociologia e da Antropologia, diversificam-se os estudos sobre mulheres em condições particulares: a negra, a índia, a idosa, a prostituta, a religiosa, a presa. A própria construção social da feminilidade passou a merecer atenção sociológica. Surgem estudos sobre identidade feminina, em diferentes perspectivas teóricas, em Antropologia e em Psicologia.

Nos estudos sobre a família é feita a crítica da teoria dos papéis sexuais; destaca-se o papel da mulher nas estra-

tégias de sobrevivência, na reprodução da força de trabalho, na chefia da família e pretende-se tornar palpável este papel através de pesquisas de orçamento-tempo. As análises sobre cotidiano contribuem de modo especial para dar visibilidade à mulher na família, no presente e no passado.

Toma impulso uma literatura crítica à imagem da mulher nos meios de comunicação, especialmente na imprensa dirigida às mulheres. Estuda-se também a participação da mulher enquanto produtora no cinema, na televisão, na música, nas artes.

A existência de um movimento feminista ativo no país, a crescente, embora incipiente, organização política das mulheres dentro dos sindicatos e partidos e a forte presença feminina nos movimentos populares trouxe a mulher ao cenário dos estudos da Ciência Política. Desenvolveram-se inúmeras pesquisas sobre a participação política feminina: seu comportamento eleitoral, sua reduzida atuação parlamentar, sua participação nos sindicatos, partidos e movimentos de bairro e, começam a aparecer análises sobre o movimento feminista propriamente dito.

A violência, começa a ser analisada também em sua forma específica, voltada contra a mulher, sobretudo depois das manifestações contra assassínatos de mulheres e da criação dos SOS (entidades feministas voltadas para o combate à violência contra a mulher e para a assistência de mulheres vítimas de agressões).

A sexualidade enquanto construção social, foi erigida em problema sociológico, quebrando-se o tabu que pesava sobre esta dimensão da vida humana.

No campo do Direito, a situação da mulher surge como problema, especialmente no Direito da Família e do Trabalho. Na Educação, abre-se um campo de estudos sobre a assimetria sexual, no que se refere às diferenças de oportunidades educacionais, que passam a ser relacionadas às diferentes formas de socialização na família e na escola. A crescente incorporação de mulheres no mercado de trabalho e a própria questão do direito da mulher ao trabalho, colocada em pauta pelo feminismo, trouxeram à tona a questão da creche, que mereceu atenção de alguns estudiosos. Na tentativa de ampliar o conceito de Educação, também a Educação Sexual ganhou terreno.

A História, campo potencialmente fértil, tem sido pouco cultivado. A mulher suscitou pouco interesse por parte dos historiadores. Embora estudos interessantes tenham sido feitos nos últimos anos, são grandes as lacunas.

Apesar da ampla abertura do leque temático dos estudos sobre mulher, há que ressaltar que sua entrada no ambiente acadêmico foi um passo importante, mas ainda pequeno. Entre os problemas que permanecem sobressai a falta de diálogo destas pesquisas com as áreas de estudos onde se situam, e com a totalidade das Ciências Humanas.

#### **QUEM ESTUDA MULHER?**

Quem produz esta nova área?<sup>2</sup> O interesse pelo tema dividiu de modo inequívoco os sexos. A grande maioria dos pesquisadores sobre mulher são mulheres.

Fato que aponta para a maior fragilidade deste campo? Menor legitimidade do tema, menor prestígio do pesquisador em razão do sexo, mútua contaminação.

Há 10 anos, no Brasil, as modas intelectuais eram mais imperativas, havia maior patrulhamento e as fontes de legitimidade e prestígio eram mais restritas, os temas "menores" tinham mais dificuldade para sobreviver. Hoje com a profissionalização das Ciências Sociais, com sua expansão que implicou em diversificação de centros, e em divisão do trabalho intelectual, há mais respiradouros. Há também uma crise de teorias e hegemonias que abre um grande espaço para acomodação. Talvez se tenha atingido uma fase de maturidade como quer Abranches (1982) e maturidade quer também dizer tolerância, reconhecimento da existência de "outros".

O sexo é a única experiência amplamente compartilhada pelos pesquisadores da área. Os caminhos que levaram aos estudos sobre mulher são muito diferentes. Não existe uma formação de base comum, nem há treinamento especializado. Mais recentemente uma geração que fez seus créditos de pós-graduação teve cursos especificamente voltados para o tema, porém os efeitos desse novo tipo de escolaridade ainda não se fizeram sentir em termos de produção. Se no Brasil esses cursos são eventuais e bissextos, no exterior já se firmaram com uma certa solidez, mas os pesquisadores desta área também não se beneficiaram desse tipo de formação no estrangeiro.

Um trajeto exemplar é aquele que não indica uma atenção especial ao tema até a obtenção do doutorado e posterior especialização em estudos sobre mulher. Esse tipo de itinerário pode ser apreendido de muitos prismas, uma vez que a virada profissional coincide com o momento histórico — início dos anos 80 — em que o tema atingiu maior visibilidade e se tornou mais desafiante. As pesquisadoras podem tanto não ter tido anteriormente a oportunidade de trabalhar o tema, quanto não terem ainda se interessado por ele.

As mulheres que têm hoje 40 anos fazem parte de uma geração que de início não acreditou (ou talvez não apostasse) que o feminismo tivesse alguma coisa a ver com sua carreira profissional. Simone de Beauvoir e Betty Friedan eram leituras de lazer, não de trabalho (Dagenais, 1981). A geração de pesquisadores que introduziu os estudos sobre mulher nas instituições acadêmicas (salvo os casos excepcionais de Blay e Saffiotti) em geral não obteve seus próprios graus com pesquisas sobre o tema.

Essa geração também não tem uma origem institucional única, embora se concentre no Rio de Janeiro e em São Paulo. Teve no entanto, algum grau de exposição à vida acadêmica fora do Brasil. Característico desta fase (1965-1975) de expansão das Ciências Sociais, foi o treinamento, em relativamente larga escala, realizado no exterior. Esse estágio no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos parece ter sido fator desencadeador de possíveis adesões, senão ao feminismo, pelo menos aos estudos sobre mulher. Lima (1983) em sua análise do exílio brasileiro posterior a 1964 encontra uma significativa adesão de exiladas ao feminismo no período 1975-80. Essa experiência direta da presença do movimento de mulheres na vida acadêmica e na sociedade, pode ter

ocorrido por razões mais diversificadas do que motivos políticos, tais como formação profissional, realização de cursos de pós-graduação, ou ainda desempenho de tarefas de esposa: acompanhar marido.

Muitos foram os itinerários percorridos. O tema atraiu estudiosas de diversas disciplinas em diferentes estágios do ciclo de vida profissional, de orientações teóricas divergentes e de variadas opções políticas. A necessidade de enfrentar um contexto adverso, de conquistar um espaço nas instituições de ensino e de pesquisa e de questionar as distorções com relação ao sexo na produção científica tradicional reuniu essas pesquisadoras que nesse processo forjaram aspectos comuns de identidade.

A partir de 1980 é possível constatar a existência de uma rede informal entre as pesquisadoras. A formalização desta rede, embora seja intenção manifesta de alguns pesquisadores, tem esbarrado em obstáculos de várias ordens.

## O CONTEXTO INSTITUCIONAL

### As Ciências Sociais no Brasil

O Brasil repetiu a tendência, registrada de modo bastante generalizado nos países centrais, das pesquisas sobre a mulher se implantarem preferencialmente nos quadros institucionais das Ciências Humanas e Sociais.

Os estudos sobre mulher se desenvolveram no espaço acadêmico brasileiro a partir dos anos 70. Se tomarmos como referência, o universo da produção científica inventariado nas *Bibliografias Anotadas/Mulher Brasileira 1 e 2* (1979 e 1981), verificaremos que para o período anterior a 1970 estão registrados apenas 2 mestrados, 2 doutoramentos e uma livre docência. Entre 1970 e 1984 cresce e se diversifica vertiginosamente a



<sup>1</sup> BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978 (originalmente tese de doutoramento na FFLCH/USP, 1972) e SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes, 1969 (originalmente tese de livre-docência na FFCL de Araraquara, 1967).

<sup>2</sup> Nossa informação a esse respeito não é sistemática porém é muito sugestiva. Baseia-se num interessante indicador indireto: o catálogo de todas as publicações dos pesquisadores na área, mesmo aquelas que não dizem respeito diretamente ao tema. Baseia-se também em currículos e notas biográficas.

produção sobre o tema voltado para a obtenção de graus acadêmicos: localizamos nada menos que 33 doutoramentos e 132 mestrados.

MESTRADOS E DOUTORADOS SOBRE MULHER		
	MESTRADOS	DOUTORADOS
Antes de 70	2	2
70 a 74	17	8
75 a 79	54	5
80 a 84 *	61	20

\* 84 - 1º semestre

Fonte: *Bibliografias Anotadas/Mulher Brasileira, 1 e 2* (1979 e 1981, São Paulo, Brasiliense/FCC) e nosso levantamento.

Essa progressão, no entanto, só pode ser corretamente avaliada no contexto mais amplo da expansão e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.

TESES SOBRE MULHER NA FFLCH/USP 1970-1984		
	MESTRADOS	DOUTORADOS
Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política)	20	13
História	1	3
Letras	8	1
TOTAL	29	17

O processo de criação e estímulo à expansão de programas de pós-graduação tem início em 1965 com a Lei da Reforma Universitária, cuja regulamentação complementar viria a dar ênfase aos títulos acadêmicos como requisito da carreira universitária.

Até então, a Universidade de São Paulo (USP) mantinha o monopólio dos programas regulares de mestrado e doutoramento em Ciências Sociais (Lamounier, 1981).

Os anos 70 são uma fase de amplo desenvolvimento para a qual Rodrigues (1982) chega a ensaiar a denominação de "período de ouro" das Ciências Sociais no Brasil. Há forte expansão do sistema educacional brasileiro a nível superior e a expansão dos cursos de pós-graduação é amplamente estimulada pelo governo federal, através

particularmente do Conselho Federal da Educação e de organismos com dotações para o financiamento do sistema como a Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Magistério Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Entre 1968 e 1980 foram criados em âmbito nacional 23 cursos de mestrado e 8 de doutorado. Essa expansão não ocorreu apenas nas universidades federais e estaduais, mas também em instituições particulares, como universidades católicas e em institutos privados autônomos, de que é exemplo o IUPERJ.

Lamounier (1982) em sua análise da transformação do marco institucional das Ciências Sociais no Brasil de um modelo burocrático-mandarinístico para outro pluralista e flexível salienta o papel das entidades de um novo tipo, institutos de pesquisas implantados dentro e fora da universidade, ligados ou não ao ensino, tanto na esfera pública como privada, de que são exemplos o CEBRAP, o CERU, o CEPDOC, o CEDEC e tantos outros.

Finalmente, é preciso ter presente que esta expansão das Ciências Sociais se deu num quadro marcado por um estímulo acidentalmente preferencial com relação à pesquisa em detrimento do ensino, como sugere Aguiar (1982) em sua análise dos estudos sobre mulher.

#### As agências financiadoras

Nos anos 70 já se encontrava firmemente estabelecido o sistema de financiamento de pesquisas através de agências externas às instituições de pesquisa e ensino universitário. Inicialmente atendendo quase que com exclusividade às Ciências Exatas e Biológicas, as agências financiadoras estatais, organizadas a partir do fim da década de 50, foram progressivamente abrindo suas portas para as Ciências Sociais que, ao se expandirem e privilegiarem cada vez mais o trabalho de campo, no qual passavam a utilizar procedimentos metodológicos mais sofisticados, cada vez mais requeriam financiamento externo. E os órgãos estatais constituíam praticamente o único canal existente, uma vez que a empresa privada, que pouco fez no Brasil em termos de financiamento da própria pesquisa tecnológica, na área das Ciências Humanas permaneceu quase totalmente ausente até há poucos anos.

Apesar dessa exclusividade, e da crescente aceitação das Ciências Sociais nos foros científicos (especialmente na SBPC, onde o estatuto de Ciências Ihes é concedido no momento em que a perplexidade diante dos impasses causados pela repressão militar busca saídas num conhecimento mais aprofundado da sociedade brasileira), jamais chegaram a ocupar posição de destaque nestes órgãos financiadores. É bem verdade que a participação reduzida das Ciências Sociais e Humanas costuma ser explicada em termos do predomínio das solicitações. Argumenta-se que a função (da FAPESP) é muito mais a de amparar o desenvolvimento científico do que dirigi-lo. No entanto, parece bastante questionável que um órgão financiador não se preocupe em canalizar recursos de forma a superar carências históricas, provavelmente mais graves nas Ciências Sociais que nas demais.

As primeiras pesquisas sobre mulher obtiveram

financiamento dos órgãos estatais. A forma como foram e continuam a ser concedidos esses financiamentos — por projetos, e para pesquisadores individuais — tem marcado a produção acadêmica de um modo geral, e os estudos sobre mulher em particular. A fragmentação, a não institucionalização, a impossibilidade de formação de equipes com perspectiva de continuidade, o pequeno aprofundamento e a limitada abrangência, condicionados pela exigüidade dos prazos e das verbas são algumas das características menos desejáveis de boa parte da produção acadêmica. Não são resultados exclusivos da forma de financiamento adotada. Porém, o financiamento de projetos individuais não serve de antídoto aos fatores que os causam e possivelmente até lhes sirva de catalisador.

De outra parte, foi provavelmente graças à existência deste sistema, que pesquisas importantes puderam ser realizadas, e a própria área de estudos sobre mulher pôde se constituir. Não houvesse espaço para a iniciativa de pesquisadores isolados que adquirem certa autonomia em relação às suas instituições graças ao apoio externo, dificilmente as pesadas estruturas universitárias teriam se mobilizado para acolher um tema inicialmente tão pouco prestigiado — e mesmo francamente hostilizado. O financiamento limitado a um projeto permite à instituição financiadora correr certos riscos. Verba pequena concedida por período limitado dá ocasião a alguma ousadia. E, como se trata de “amparar o desenvolvimento científico” como um todo, esse sistema de financiamento permite inclusive acomodações no sentido de acolher temas cuja relevância não se reconhece, mas cuja existência simplesmente se tolera. E é esse pluralismo que abre frestas para a heterodoxia.

Até os dias de hoje parece ser esta a atitude predominante nos órgãos estatais de financiamento à pesquisa, em relação aos estudos sobre mulher. Embora continuem a financiar projetos isolados, ainda não se propõem a dedicar atenção especial à área.

Tanto as agências estatais quanto as fundações privadas americanas projetam uma imagem que faz supor critérios de julgamento mais limitados do que os que realmente utilizam. Ao solicitar financiamento, os pesquisadores procuram escolher entre os temas de seu interesse e as abordagens de sua afinidade, aquilo que julgam aceitável por essas agências, deliberadamente evitando posturas mais radicais ou temas mais controversos. Isto contribui — juntamente com outros fatores — para o restrito leque temático que predominou nos estudos sobre mulher até 1978, e para a ausência de estudos de orientação feminista radical, com predominância de orientações mais bem comportadas (marxista, feminista socialista ou feminista liberal).

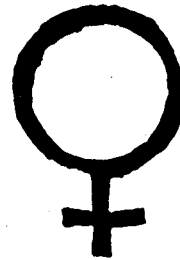
### A Fundação Ford

Atuando no Brasil desde 1962 e financiando estudos sobre mulher nos EUA desde 1972, a partir de 1974 a Fundação Ford passa a verificar o interesse pelo tema entre pesquisadores brasileiros, e gradativamente sua presença passa a ser mais atuante no país, constituindo-se na principal fonte de financiamento.

Em certos círculos, a Ford gozava de bastante credibilidade graças à sua política liberal de apoio a diferentes

correntes de pensamento e de preservação da autonomia dos pesquisadores financiados, e especialmente ao apoio concedido aos professores cassados em 1968 e à criação do CEBRAP. Em outros círculos, porém, pesava mais seu passado de apoio ao controle demográfico, do qual se tinha um conhecimento insuficiente para distingui-lo das políticas impositivas defendidas por outras agências.

Outros fatores contribuíram para o forte sentimento de ambigüidade em relação à Ford que era comum na comunidade acadêmica. A atuação da CIA no golpe de 1964 e na repressão na América Latina de um modo geral, colocava sob suspeita qualquer gringo que baixasse por essas plagas. Além disso os funcionários da Ford sempre se caracterizavam por ser muito bem informados, fato que, se é motivo de prestígio em círculos civilizados, os colocava sob pesada suspeita num país onde o acesso à informação estava extremamente restrito. O próprio estilo com o qual obtinham seus conhecimentos contribuía para este mal-estar. Protegidos pela relativa impunidade concedida por sua cidadania estrangeira, e socializados numa cultura que não considera deslegante fazer perguntas diretas, inclusive sobre delicados assuntos políticos, formulavam questões inconcebíveis no ambiente repressivo do momento, deixando os interlocutores perplexos: maquiavelismo ou ingenuidade?



O curioso é que, se a escassez de informações dava lugar à confusão da Ford com as agências do governo americano, e desta resultava uma atitude de pé atrás, o mesmo não se dava com as agências ineludivelmente ligadas ao governo brasileiro, este igualmente considerado indigno de um mínimo de confiança. Essa diferença provavelmente se explica por dois fatores. A maior familiaridade com a burocracia nacional e sua relativa transparência, ainda que não deliberada, permitia isolar setores e perceber nuances num Estado que nunca foi monolítico. Além disso, a atuação do Estado se encaixa facilmente nos esquemas de referência existentes: é dever do Estado apoiar o desenvolvimento científico. Aliás, este apoio é mesmo visto como resultado das reivindicações da comunidade científica. Por outro lado, não faz parte da tradição brasileira a atuação de fundações privadas, especialmente no círculo das Ciências Sociais.

A estranheza diante das iniciativas da Ford dá lugar à convicção de que suas motivações só poderiam ser as mais condenáveis: se não espionagem pura e simples, cooptação dos focos de resistência à expansão do imperialismo, seja através da “compra” direta de suas lideranças ou através de atenuação dos efeitos mais danosos da exploração capitalista. Embora muitos setores fossem favoráveis a estratégias reformistas — acopladas, ou não, a atuações mais radicais — não as queriam nas mãos

*mesmo a Ford*

de uma fundação que leva o nome de uma figura paradigmática do capitalismo.

Em relação aos estudos sobre mulher, somava-se uma estranheza adicional: contrariamente aos órgãos estatais de financiamento, a Ford tinha uma política explícita de apoio. Embora a busca ativa de instituições e projetos promissores fizesse parte da estratégia geral dos representantes da Ford, esse estilo de atuação era percebido como específico em relação à questão da mulher e exigia explicação. E as explicações imediatas vieram se somar às atitudes prevalecentes, segundo as quais "feminismo era coisa de mulher burguesa", e estratégia diversionista para esvaziar a "luta geral".

Essas explicações ignoraram o conteúdo mais radical do crescente movimento feminista dos países industrializados e se concentraram em justificativas que de fato haviam sido amplamente utilizadas para convencer as agências financiadoras a apoiar a mulher do Terceiro Mundo: a elevação da sua condição, alegava-se, contribuiria para a redução da fertilidade. Como a esquerda, à época, ainda não tinha elaborado uma análise própria em relação à questão demográfica, e limitava-se a rejeitar as proposições controlistas, para ela aquela associação era suficiente para invalidar qualquer atenção específica



à questão da mulher. Some-se a isto a crescente visibilidade da participação feminina nos movimentos sociais urbanos, fortalecendo a hipótese de tentativa de cooperação geral das forças progressistas, e temos o quadro completo das dificuldades de interação com a Ford.

Com a abertura, o acesso à informação, a multiplicação dos contatos da Ford com entidades de diversos setores — sua imagem de bicho-papão praticamente desaparece, e seu papel importante no apoio às pesquisas sobre mulher passa a ser tranqüilamente reconhecido. A atuação mais visível da Fundação Ford nesta área foi o financiamento de três concursos de pesquisa realizados a partir de 1978.

As pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas — em conjunto com pesquisadoras de outras instituições que freqüentavam regularmente desde 1974 os seminários sobre mulher realizados na Fundação — estavam buscando formas de ampliar o interesse pela temática na comunidade acadêmica. Com esta finalidade elaboraram em setembro de 1975, um *Programa de pesquisas sobre o trabalho e a educação da mulher*. Este programa era composto de um projeto de concurso de pesquisas aberto às pessoas de todo o país, e de projetos a serem realizados pela Carlos Chagas: uma bibliografia anotada, um centro de documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre vieses sexuais na avaliação de redações

escolares e uma pesquisa sobre mulher e ciência.

Durante dois anos, buscou-se financiamento para o programa, junto a diversas instituições nacionais e estrangeiras. Algumas dessas instituições aceitaram financiar os projetos menores. A Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo financiou a bibliografia anotada, o INEP do Ministério da Educação financiou o curso, o CNPq financiou as pesquisas. A FINEP declarou que o tema não estava entre suas prioridades. Dos projetos mais caros, o Centro de Documentação não obteve financiamento e o concurso de pesquisa veio a ser financiado pela Fundação Ford dois anos mais tarde, em setembro de 1977.

## O Contexto Político e Social

Não se pode entender a constituição de um espaço de reflexão e pesquisa sobre o tema mulher apagando seu significado e seu alcance político. O desenvolvimento das pesquisas sobre mulher no Brasil foi influenciado não só pela existência de um movimento de liberação da mulher nos países centrais, espécie de parâmetro simbólico e longínquo, mas também e sobretudo por um ativo movimento de mulheres local.

Os últimos anos da década de 70 registraram uma considerável mobilização por parte das mulheres brasileiras, que passaram a atuar em vários tipos de organizações que, de maneiras diferentes, visavam contribuir para modificar o acesso a recursos e as relações de poder entre os sexos. Para um exame acurado dos diversos tipos de movimentos de mulheres no Brasil contemporâneo e de suas relações de aliança e tensão remetemos à análise de Schmink (1981).

Feminismo, no Brasil dos anos 70, houve sim, apesar da estranheza que essa denominação justaposta ao tipo de organização e mobilização de mulheres aqui existentes possa ter causado a analistas que observaram esse fenômeno nos EUA ou na Europa, de que é exemplo Navarro (1979).

Um dos aspectos principais que justificaria essa estranheza tem a ver com o enorme descompasso, na conceituação daquilo que se entende por movimento social nos países centrais e nos periféricos.

É possível ver uma fase de transição na história política européia como faz Claus Offe no espaço de tempo que medeia 1969 e 1975 justamente por causa do advento de movimentos sociais que demonstram que "nem tudo está bem quando o bem-estar está garantido". São movimentos de forte conotação cultural, num tempo de intenso questionamento dos valores da sociedade industrial, que propõem e pensam representar uma concepção nova do político. Questionam a noção mesma do Estado de bem-estar social, em larga medida compartilhada pela direita e pela esquerda tradicionais, clamam que o privado é o político, querem reinventar o social.

Enquanto no Brasil o que se costuma caracterizar por movimento social, embora constituindo um fenômeno novo na experiência das classes populares e se enraizando na experiência cotidiana dos moradores das periferias metropolitanas, são movimentos que têm como característica essencial o questionamento da ação estatal na distribuição dos equipamentos de consumo



coletivo (Jacobi, 1980). Norteiam portanto sua ação em relação ao Estado, compartilhando da crença clássica do Estado como agência promotora do bem-estar social.

Anistia, luz, escolas e asfalto certamente não são palavras de ordem correntes nos movimentos de mulheres em sociedades democráticas com um mínimo de conforto social assegurado. Lá "as preocupações desses novos movimentos sociais não se inclinam para aquilo que deve ser criado ou realizado através da utilização do poder de Estado mas sim para aquilo que deve ser salvo e defendido contra o Estado" (Offe, 1983, p. 38).

A análise da relação entre a conjuntura política brasileira e o movimento de mulheres serve para identificar os diferentes significados que aparecem associados ao feminismo e mostra que este é apenas uma corrente dentre várias mobilizações femininas contemporâneas, esfera de referência positiva ou negativa que serve de interlocutor para todas as mulheres "em movimento" (Goldberg, 1982).

No entanto não se deve esquecer que o processo de constituição da mulher em objeto teórico das Ciências Humanas, teve também em sua raiz um mecanismo propulsor mais poderoso e mais difuso: o processo de transformação social que a sociedade brasileira atravessava.

O acelerado processo de mudança social que permitiu a emergência de um movimento feminista originou também um vasto espectro de inquietações e demandas. Este estado de perplexidade foi rapidamente captado pelos meios de comunicação de massa, que num duplo movimento o alardearam e procuraram explicá-lo. Apesar das restrições que se possa fazer ao tipo de imagem veiculada, o considerável espaço e tempo concedidos à questão contribuíram decisivamente para sua visibilidade e credibilidade e, talvez não fosse arriscado dizer, para acelerar alguns dos processos de mudança já encetados.

As pesquisas sobre mulher encontraram uma importante fonte de legitimação indireta. Uma vez que para ocupar esse espaço, os meios de comunicação fizeram apelo a especialistas, as "mulherólogas", como se autodenomina Carmem da Silva em *Memórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* (1984).

### Pesquisa e militância

A relação entre pesquisa e militância no final dos anos 70 era bastante controvertida. Em 1978, num momento de clara afirmação do movimento feminista, no seminário sobre *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, refletiu-se com bastante nitidez a tensão entre pesquisa e militância. Reclamava-se das pesquisadoras o engajamento político com a questão feminista. Reivindicava-se que os estudos não fossem um fim em si, mas um meio de denúncia da desigualdade entre os sexos. A valorização do engajamento passou a ser a tônica de grande parte destes estudos. As necessidades da militância abriam (ou fechavam) o leque de opções temáticas, direcionando em larga medida, as linhas da pesquisa científica.

O *trabalho* foi o tema claramente predominante até fins dos anos 70, em consonância com a tendência geral do movimento feminista de privilegiar a mulher trabalhadora como alvo de sua ação. Isso se explica

pelo fato do pensamento feminista ter se pautado pela ideologia da esquerda brasileira e pela concepção do trabalho como instrumento de emancipação da dona-de-casa defendida pelo feminismo. Havia ainda por parte de algumas pesquisadoras a escolha deliberada deste tema como estratégia para iniciar a discussão sobre as desigualdades entre os sexos. A questão do trabalho, embora se mantenha ainda hoje como uma das mais estudadas, começou a perder terreno com a diversificação de interesses do movimento feminista.

Numa tentativa de entrosamento entre pesquisadoras e militantes, foi criada, em 1980, no Rio de Janeiro, a APEM (Associação de Pesquisas e Estatutos sobre a Mulher), fora do âmbito acadêmico. As dificuldades de se constituir uma associação deste tipo a nível nacional, vieram demonstrar, entretanto, que a questão é mais complicada do que supunha o entusiasmo inicial. Enquanto algumas reclamavam a necessidade de uma "autonomia relativa" da pesquisa, outras achavam inconcebível a atividade de pesquisa sem engajamento militante. Não existia consenso entre as pesquisadoras quanto aos possíveis pontos de coincidência. O problema era agravado pelo fato de que grande parte das pesquisadoras era, também, militante.

A questão foi retomada, em 1984, durante o seminário *Zahidé Machado Neto*, em Salvador. Aqui, com uma intenção claramente crítica. Era evidente que não se tratava de voltar ao tema da neutralidade, tão velho quanto a própria Ciência Social: são as forças sociais em jogo que dão origem e vida à produção científica. O que se buscava era diferenciar as necessidades do saber científico das demandas da prática política.

Acompanhando esta tendência ao engajamento militante nas pesquisas sobre mulher, houve nos últimos anos uma utilização disseminada da metodologia da pesquisa-ação ou pesquisa participante, englobando-se, às vezes indevidamente, nesta rubrica qualquer pesquisa que envolvesse alguma forma de comprometimento político do pesquisador com seu objeto de estudo.

Convém, entretanto, ressaltar que, no caso das pesquisas sobre mulher, a estreita relação entre pesquisa e militância contribuiu para criar uma rede de apoio e solidariedade que foram importantes para os pesquisadores, ao enfrentar a ortodoxia acadêmica (Barroso, 1981).

### PROBLEMAS MAL RESOLVIDOS

#### O gueto

A crescente especialização dentro das Ciências Sociais tem sido descrita como uma das características de seu processo de expansão (Velho, 1983). Progressivamente foram-se constituindo sub-áreas específicas que, de modo geral, resultaram na fragmentação dos diferentes campos do conhecimento. Os estudos isolados enfrentam igualmente impasses teóricos e metodológicos e suas contribuições dificilmente são incorporadas pelas Ciências Sociais como um todo.

No que se refere aos estudos sobre mulher, isto é particularmente verdade. É certo também que essa área de estudos foi segregada, considerada pouco legítima e desprestigiada. Por essas mesmas razões, confinada a

um gueto. Confinamento, quem sabe, inevitável numa sociedade patriarcal.

Esse espaço segregado onde se instalaram os estudos sobre mulher (como em tantos outros países), entretanto, não se deve apenas ao modo como foram recebidos no quadro geral das Ciências Sociais, mas também está relacionado com a perspectiva em que se situaram esses estudos e com o fato de que foram feitos quase em sua totalidade por mulheres<sup>3</sup>.

Como geralmente acontece com todo grupo constituído a partir de uma condição comum, considerada oprimida, a construção de uma identidade era questão central para o grupo formado em torno dos estudos sobre mulher no Brasil. Diante de uma ciência que deixou invisíveis as mulheres enquanto atrizes sociais (o androcentrismo de que falamos), as mulheres reivindicaram a ênfase no especificamente feminino como condição fundamental para sair deste anonimato histórico.

Ainda hoje, um espaço de discussão exclusivo pode ter importantes funções, tanto do ponto de vista institucional quanto na elaboração e aprofundamento de um corpo de idéias independente. O saber autônomo, entretanto, corre o risco de se estiolar, se não for acompanhado de um diálogo constante com as idéias produzidas fora de seu círculo. E este isolamento aconteceu. Algo semelhante à observação de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, de que a mulher, recém-chegada ao mundo dos homens, estava ocupada demais consigo mesma. Narcisicamente centrados, os estudos sobre mulher tiveram dificuldades de se relacionar com o conhecimento que se produzia nas Ciências Sociais em geral (além de que, evidentemente, estes outros estudos tampouco lhes deram ouvidos).

Criou-se, então, o curioso fenômeno da existência de um gueto, que caracterizou o espaço no qual se desenvolveram os estudos sobre mulher, sem que, no entanto, este espaço fosse institucionalizado.

A discussão sobre as vantagens do gueto — a afirmação de identidade, espaço próprio, legitimidade e apoio institucional — e suas desvantagens — isolamento e excessiva auto-referência — surgiu antes que estivesse garantida a sua institucionalização. Estamos assim diante de um paradoxo: reivindicar o reconhecimento institucional de um espaço próprio, exclusivo, que mal se começa a ter e do qual se precisa e, ao mesmo tempo, ter a necessidade de se voltar para fora e expandir esse espaço restrito.

Houve uma tentativa de ampliar os horizontes quando, em lugar de estudos sobre mulher, passou-se a falar de estudos das relações entre os sexos ou das relações de gênero (para desbiologizar a noção de sexo). A idéia era deixar claro que os estudos sobre mulher dizem respeito também aos homens.

## A questão da(s) teoria(s)

De um modo geral, os estudos sobre mulher se ressentem de pequeno aprofundamento teórico. Isto talvez se deva à conjugação de duas tendências opostas, mas complementares em seu efeito de dificultar avanços na elaboração de um corpo teórico articulado.

De um lado, os estudos sobre mulher compartilham com as Ciências Sociais de um modo geral uma atitude de deslumbramento diante da Grande Teoria, incumbindo-a de tudo explicar. O ritual de reiteração de postulados básicos, parafraseando os clássicos, não deixava lugar para a criatividade na elaboração de conceitos.

Paralelamente, setores insatisfeitos com o que viam como um dogmatismo estéril, e desiludidos quanto à possibilidade de teorias gerais explicativas, deram ênfase à descrição do concreto numa esperança ingênua de que a quantificação e a observação direta seriam suficientes para explicar a realidade social. Aí também as pesquisas sobre mulher acompanharam uma tendência mais geral das Ciências Sociais, pois a ênfase na pesquisa empírica, ao lado da crítica às chamadas tergiversações teóricas que levavam a lugar nenhum, era característica das Ciências Sociais como um todo, produzidas no Brasil na última década (Velho, 1983).

As pesquisas sobre mulher compartilharam, ainda, com outras áreas de estudo a crença difundida especialmente entre os que se dedicam a estudar os grupos oprimidos ou discriminados, de que é fundamental a experiência, como fonte de conhecimento. No caso das mulheres, essa crença se estendeu à valorização da intuição, uma espécie de saber às avessas, situado no mesmo nível do que se chamou poder informal das mulheres.

Havia quem acreditasse que apenas uma mulher era capaz de produzir conhecimento sobre a mulher; e questionou-se a ciência, baseada na razão e na lógica, princípios eminentemente masculinos. Como resolver os inúmeros problemas advindos do fato de que os esquemas explicativos dominantes nas Ciências Sociais não eram satisfatórios para analisar a vivência da mulher na família, no trabalho, na política, no dia-a-dia? Em vez de se forjar novos conceitos e refinar as ferramentas utilizadas, passou-se por cima das dificuldades teóricas, negando sua importância. Valorizou-se, em contrapartida o conteúdo de denúncia dos estudos, dando voz à experiência ou simplesmente utilizando uma linguagem coloquial como recurso para maior aproximação do vivido. Ingenuidade? Pode ser. Uma forma de eludir o problema, seguramente.

Outros fatores também contribuem para o pequeno aprofundamento teórico. O primeiro é a dificuldade inerente à tarefa. A assimilação de teorias pré-fabricadas ou o levantamento de dados requerem muito menos criatividade e disciplina do que o artesanato inventivo de idéias originais. Isto especialmente num país onde os institutos de ensino superior, de um modo geral, não se caracterizam pelo rigor e abrangência da formação que oferecem, e onde estudantes e intelectuais raramente dispõem de condições para dedicação integral às suas atividades.

O segundo, é a natureza das solicitações da sociedade. Num país em que os saberes são tão ou mais concentrados do que a renda, são poucos os profissionais

<sup>3</sup> A ausência de homens estudando a mulher (ou os sexos) pode tanto ser indício do desprestígio intelectual do tema, quanto consequência da auto-referência destes estudos. A presença masculina, valorizada por umas, era rejeitada por outras. Na discussão sobre a criação de uma associação nacional de pesquisadores sobre mulher, em 1980, a exclusão de homens chegou a ser cogitada, embora não consensualmente.

que podem atender às necessidades básicas de informação da sociedade. O resultado é que se restringe o espaço para a produção teórica, uma vez que o pesquisador é transformado em informante e adquire sua legitimidade de somente na medida em que produz conhecimento facilmente assimilável por um público mais amplo, interessado em "fatos" ou idéias de consumo imediato, de pequeno nível de abstração. Nos estudos sobre mulher, a estreita ligação com a militância e a novidade do tema acentuam essas tendências. Se é fundamental que exista a possibilidade de divulgação da produção científica a nível amplo, é importante que o papel do divulgador não impeça o aprofundamento das análises sociais, através de uma atividade sistemática de estudo.

O terceiro fator que contribui para o pequeno aprofundamento teórico é a questão da interdisciplinaridade. Os estudos sobre mulher, postulam a necessidade de inter-relação e reivindicam a quebra das barreiras disciplinares como condição essencial de seu aprofundamento. Definições rápidas, entretanto não permitem estabelecer com clareza os elementos de articulação entre as diferentes disciplinas, dificultando o aprofundamento em cada disciplina isoladamente.

O quarto é a divisão internacional do trabalho intelectual, onde as brasileiras encontram-se — como o país — em desvantagem relativa. Se sempre houve um contato, ainda que individual, de pesquisadoras brasileiras com pesquisadores ou centros de pesquisa estrangeiros, através de publicações, seminários ou congressos internacionais, travou-se muitas vezes um diálogo unilateral, um monólogo. Não tendo uma posição hegemônica nesta divisão de trabalho, a freqüente participação das brasileiras em seminários internacionais acaba sendo muitas vezes apenas a apresentação da realidade local, quase sempre desconhecida e exótica, sem uma efetiva troca em bases iguais, sem incentivo ou valorização da sua contribuição teórica. Aqui, também, trata-se de problema comum a vários ramos das Ciências Sociais, conforme salienta Velho (1983).

A crítica à falta de aprofundamento teórico que dominou as Ciências Sociais na última década não significa que os estudos empíricos não tenham mérito. Pelo contrário, são estes estudos que servem de subsídios para testar hipóteses e elaborar explicações teóricas novas e mais abrangentes. Se nos detivermos na análise dos obstáculos que se interpõem à construção mais sistemática de um corpus consistente de conceitos de mais alto grau de generalização e de adequação à realidade, é justamente porque consideramos que é nesse terreno que se encontram os impasses.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S.H. As Ciências Sociais e o Estado. *BIB*, Rio de Janeiro. (13):37-47, 1º semestre, 1982.
- AGUIAR, N. *Programas de Estudos e cursos sobre mulheres: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, 1981. mimeo.
- AGUIAR, N., org. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BARROSO, C. *As pesquisas sobre mulher no Brasil*. São Paulo, 1981. mimeo.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 2v.
- BRUSCHINI, C & ROSEMBERG, F., org. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Vivência*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CARVALHO, A.S. de. O papel da USP no financiamento de pesquisas. *ADUSP Jornal*. ago. p. 11.
- COSTA, A. de O. & BARROSO, C. Introdução. In: \_\_\_\_\_. org. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez/FCC, 1983.
- DAGENAIS, H. Quand la sociologie devient action: l'impact du féminisme sur la pratique sociologique. *Sociologie et Sociétés les femmes dans la sociologie*. 13 (2):49-65, Oct. 1981.
- FARGE, A. Mouvements d'Histoire (à propos d'un colloque sur l'histoire des femmes). *Bulletin du CRIF*. Paris. (3): 3-8, aut. 1983.
- GOLDBERG, A. Espaces féminins et espaces féministes en Amérique Latine: quelques réflexions. *Cahiers des Amériques Latines*. Paris. (26):103-26. juil./déc. 1982.
- \_\_\_\_\_. *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro, 1982*, mimeo. (12º Congresso Mundial de IPSA).
- GRUPE D'ÉTUDE SUR LA DIVISION SOCIALE ET SEXUELLE DU TRAVAIL. *Rapport scientifique*. Paris, Centre d'Études Sociologiques, CNRS, 1983.
- JACOBI, P.R. Movimentos sociais urbanos no Brasil. *BIB*. Rio de Janeiro, (9):22-30, 1980.
- LAMOUNIER, B. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: A CIÊNCIA Política nos anos 80. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. p. 407-33.
- \_\_\_\_\_. *Expansão e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: um estudo preliminar*. São Paulo, IDESP, 1981. mimeo. (Seminário a Ciência Política nos anos 1980).
- LIMA, V. da R. *Women in exile: becoming feminist*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1983. mimeo.
- LUZ, M. org. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MORAES, M.L.Q. de. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, 1982. Tese doutoramento — USP.
- NAVARRO, M. Research on Latin American Women. *Signs*. 5 (1) 1979.
- OFFE, C. A Democracia partidária competitiva e o Welfare State Keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados*. Rio de Janeiro. 26 (1):29-51, 1983.
- QUEIROZ, M.I.P. de. SBPC, 1982: caracterização das comunicações de pesquisa nas ciências do homem. *Ciência e Cultura*. 35 (4):451-73, abr. 1983.
- RODRIGUES, L.M. *Ciências sociais, universidade e intelectuais no Brasil*. São Paulo, 1982. mimeo. (Seminário Intelectuais, Universidade y Sociedad Santiago do Chile).
- SCHMINK, M. Women in brazilian "abertura" politics. *Signs*. 7 (1):115-33, 1981.
- SCHMINK, M. E BARROSO, C. *Women's programs for the andean region and the stouthern cone assessment and recommendations*. 1984. mimeo. (relatório a Fundação Ford).
- SILVA, C. da. *Memórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- VELHO, O.G. Processos sociais no Brasil pós-64; as ciências sociais. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. org. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 240-61.